

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284-0001/40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.

No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.

Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.

A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez,

podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.

Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.

O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.

Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica. As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto para informação sobre o lucro por ação)

| | Nota explicativa | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Rendas de contribuições e prêmios | 17 | 412.160 | 429.325 |
| Constituição da provisão de benefícios a conceder | | (411.042) | (428.529) |
| Receitas de contribuições e prêmios de VGBL | | 1.118 | 796 |
| Rendas com taxas de gestão e outras taxas | 19 | 52.899 | 49.461 |
| Variação de outras provisões técnicas | | (59.647) | 1.755 |
| Benefícios retidos | | (3.531) | (4.752) |
| Custos de aquisição | | (5.516) | (5.788) |
| Prêmios emitidos | | 16.425 | 15.932 |
| Contribuições para cobertura de riscos | | 15.893 | 15.716 |
| Variações das provisões técnicas de prêmios | | 226 | (419) |
| Prêmios ganhos | 18 | 32.544 | 31.229 |
| Sinistros ocorridos | 20 | (2.117) | (5.801) |
| Custos de aquisição | | (10.485) | (13.018) |
| Outras receitas e despesas operacionais | | (2.105) | (2.720) |
| Resultado com operações de resseguro (-) VGBL | | (2.349) | (339) |
| Receitas com resseguro | | 558 | 673 |
| Despesas com resseguro | | (2.907) | (1.012) |
| Resultado com operações de resseguro VGBL | | (38) | (252) |
| Despesas com resseguro | | (38) | (252) |
| Despesas administrativas | 21 | (37.815) | (37.051) |
| Despesas com tributos | | (6.659) | (7.205) |
| Resultado financeiro | 22 | (47.263) | (155.484) |
| Resultado operacional | | (90.964) | (149.169) |
| (+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes | 23 | 1.088 | — |
| Resultado antes dos impostos e participações | | (89.876) | (149.169) |
| Imposto de renda | 9.2 | 22.724 | 46.403 |
| Contribuição social | 9.2 | 13.597 | 27.816 |
| Participações sobre o lucro | | (658) | (628) |
| Prejuízo do exercício | | (54.213) | (75.578) |
| Quantidade de ações (mil) | | 15.156 | 13.309 |
| Prejuízo por ação - R\$ | | (3,58) | (5,68) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|--|------------------|------------------|
| Prejuízo do exercício | (54.213) | (75.578) |
| Outros resultados abrangentes | (5.273) | (7.921) |
| Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício | | |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | (8.803) | (13.190) |
| Efeitos tributários | 3.521 | 5.276 |
| Outros ajustes de avaliação patrimonial | 15 | (12) |
| Efeitos tributários | (6) | 5 |
| Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários | (59.486) | (83.499) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Atividades operacionais | | |
| Prejuízo do exercício | (54.213) | (75.578) |
| Ajustes para: | | |
| Depreciações | 340 | 345 |
| Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável dos ativos | (26) | 375 |
| Varição das provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar | 155.853 | 8.648 |
| Varição nas contas patrimoniais: | | |
| Ativos financeiros | 94.904 | 4.731 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | (3.912) | 2.845 |
| Créditos das operações com previdência complementar | 516 | 18 |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas | (1.101) | (627) |
| Créditos fiscais e previdenciários | (126) | 2.598 |
| Ativo fiscal diferido | (36.260) | (74.126) |
| Depósitos judiciais e fiscais | (718) | (249) |
| Despesas antecipadas | 761 | (763) |
| Custos de aquisição diferidos | 447 | 2.429 |
| Outros ativos | (10.491) | 3.091 |
| Impostos e contribuições | (3.250) | 2.451 |
| Outras contas a pagar | (3.114) | 18.068 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | 1.355 | 1.356 |
| Depósitos de terceiros | 368 | (405) |
| Provisões judiciais | 1.385 | (54) |
| Provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar | (1.613) | (3.142) |
| Outros passivos | (5.081) | 28.698 |
| Caixa líquido consumido nas atividades operacionais | 136.024 | (79.291) |
| Atividades de investimento | | |
| Recebimento pela venda: | | |
| Imobilizado | 286 | — |
| Caixa líquido gerado nas atividades de investimento | 286 | — |
| Atividades de financiamento | | |
| Aumento de capital | 44.000 | 180.000 |
| Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento | 44.000 | 180.000 |
| Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa | 180.310 | 100.709 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 328.025 | 227.316 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 508.335 | 328.025 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

| Ativo | Nota explicativa | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 | Passivo e patrimônio líquido | Nota explicativa | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|---|------------------|------------------|------------------|---|------------------|------------------|------------------|
| Circulante | | 4.185.652 | 4.372.625 | Circulante | | 826.686 | 659.287 |
| Disponível | | 7.406 | 7.748 | Contas a pagar | | 9.800 | 12.550 |
| Caixa e bancos | | 7.406 | 7.748 | Obrigações a pagar | | 3.079 | 4.037 |
| Equivalentes de caixa | 7 | 500.929 | 320.277 | Impostos e encargos sociais a recolher | | 6.166 | 4.747 |
| Aplicações | 8 | 3.641.712 | 4.023.228 | Encargos trabalhistas | | 430 | 390 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | | 8.202 | 4.272 | Impostos e contribuições | | 1 | 3.251 |
| Prêmios a receber | | 8.202 | 4.272 | Outras contas a pagar | | 124 | 125 |
| Operações com resseguradoras | | — | — | Débitos de operações com seguros e resseguros | | 3.132 | 1.777 |
| Créditos das operações com previdência complementar | | 2.482 | 2.990 | Operações com resseguradoras | | 3.132 | 1.746 |
| Valores a receber | | 2.482 | 2.990 | Corretores de seguros e resseguros | | — | 31 |
| Outros créditos operacionais | | 7.529 | 2.499 | Depósitos de terceiros | | 533 | 165 |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas | | 1.811 | 710 | Provisões técnicas - seguros | 13 | 345.367 | 329.706 |
| Títulos e créditos a receber | | 12.280 | 6.679 | Danos | | 59 | 8 |
| Títulos e créditos a receber | | 10.638 | 5.161 | Pessoas | | 829 | 799 |
| Créditos tributários e previdenciários | 9 | 1.642 | 1.516 | Vida individual | | 12.928 | 18.353 |
| Outros créditos | | — | 2 | Vida com cobertura por sobrevivência | | 331.551 | 310.546 |
| Despesas antecipadas | | 7 | 768 | Provisões técnicas - previdência complementar | 14 | 467.854 | 315.089 |
| Custos de aquisição diferidos | 10 | 3.294 | 3.454 | Outros débitos | | 260.197 | 123.945 |
| Seguros | | 2.322 | 2.418 | PGBL/PRGP | | 207.657 | 191.144 |
| Previdência | | 972 | 1.036 | Não circulante | | 4.551.275 | 4.567.690 |
| Não circulante | | 1.505.985 | 1.183.322 | Contas a pagar | | 28.354 | 31.968 |
| Realizável a longo prazo | | 1.493.603 | 1.170.314 | Obrigações a pagar | | 260 | 236 |
| Aplicações | 8 | 1.366.147 | 1.079.535 | Tributos diferidos | 9.1.2 | 28.094 | 31.732 |
| Títulos e créditos a receber | | 126.085 | 89.121 | Provisões técnicas - seguros | 13 | 1.994.595 | 1.920.058 |
| Créditos tributários e previdenciários | 9 | 112.649 | 76.389 | Vida individual | | 34.600 | 29.953 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 11 | 13.407 | 12.689 | Vida com cobertura por sobrevivência | | 1.959.995 | 1.890.105 |
| Outros créditos operacionais | | 29 | 43 | Provisões técnicas - previdência complementar | 14 | 2.517.191 | 2.605.914 |
| Custos de aquisição diferidos | 10 | 1.371 | 1.658 | Planos não bloqueados | | 915.605 | 962.908 |
| Seguros | | 818 | 1.186 | PGBL/PRGP | | 1.601.586 | 1.643.006 |
| Previdência | | 553 | 472 | Outros débitos | | 11.135 | 9.750 |
| Imobilizado | 12 | 12.382 | 13.008 | Provisões judiciais | 15 | 11.135 | 9.750 |
| Imóveis de uso próprio | | 12.382 | 13.008 | Patrimônio líquido | 16 | 313.676 | 328.970 |
| | | | | Capital social | | 359.578 | 239.578 |
| | | | | Aumento de capital - em aprovação | | 19.000 | 95.000 |
| | | | | Reservas de reavaliação | | 4.543 | 4.809 |
| | | | | Reserva de Lucro | | 137 | — |
| | | | | Ajuste de avaliação patrimonial | | 935 | 6.208 |
| | | | | Prejuízos acumulados | | (70.517) | (16.625) |
| Total do ativo | | 5.691.637 | 5.555.947 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 5.691.637 | 5.555.947 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

| | Nota explicativa | Capital social | Aumento de capital em aprovação | Reservas de reavaliação | Reservas de lucros | Ajustes de avaliação patrimonial | Prejuízos acumulados | Total |
|---|------------------|----------------|---------------------------------|-------------------------|--------------------|----------------------------------|----------------------|----------------|
| Saldo final em 31 de dezembro de 2020 | | 154.578 | — | 4.955 | 22.188 | 14.129 | — | 195.850 |
| Resultados de exercícios anteriores | | — | — | — | 36.619 | — | — | 36.619 |
| Aumento de capital: | | | | | | | | |
| Portaria SUSEP/CGRAJ nº 234 | | 15.000 | — | — | — | — | — | 15.000 |
| Portaria SUSEP/CGRAJ nº 389 | | 45.000 | — | — | — | — | — | 45.000 |
| Portaria SUSEP/CGRAJ nº 430 | | 25.000 | — | — | — | — | — | 25.000 |
| AGE de 27 de agosto de 2021 | | — | 55.000 | — | — | — | — | 55.000 |
| AGE de 29 de outubro de 2021 | | — | 10.000 | — | — | — | — | 10.000 |
| AGE de 29 de dezembro de 2021 | | — | 30.000 | — | — | — | — | 30.000 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | — | — | — | — | (7.921) | — | (7.921) |
| Reserva de reavaliação | | — | — | — | — | — | — | — |
| Realização | | — | — | (146) | — | — | 146 | — |
| Prejuízo do exercício | | — | — | — | — | — | (75.578) | (75.578) |
| Absorção prejuízos acumulados do exercício | | — | — | — | (58.807) | — | 58.807 | — |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2021 | | 239.578 | 95.000 | 4.809 | — | 6.208 | (16.625) | 328.970 |
| Aumento de capital: | | | | | | | | |
| Portaria SUSEP/CGRAJ nº 598 | 14 a | 55.000 | (55.000) | — | — | — | — | — |
| Portaria SUSEP/CGRAJ nº 688 | | 10.000 | (10.000) | — | — | — | — | — |
| Portaria SUSEP/CGRAJ nº 772 | | 30.000 | (30.000) | — | — | — | — | — |
| Portaria SUSEP/CGRAJ nº 802 | | 25.000 | — | — | — | — | — | 25.000 |
| AGE de 28 de dezembro de 2022 | | — | 19.000 | — | — | — | — | 19.000 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 14 d | — | — | — | — | (5.273) | — | (5.273) |
| Reserva de reavaliação: | | | | | | | | |
| Realização | | — | — | (321) | — | — | 321 | — |
| Outros | | — | — | 55 | — | — | — | 55 |
| Ações - Participação nos Lucros de Funcionários | | — | — | — | 137 | — | — | 137 |
| Prejuízo do Período | | — | — | — | — | — | (54.213) | (54.213) |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2022 | | 359.578 | 19.000 | 4.543 | 137 | 935 | (70.517) | 313.676 |

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284-0001/40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – Lado A – 3º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

| Itaúseg Participações S.A. | Participação |
|--|---------------------|
| Banco Itaúcard S.A. | 26,4% |
| Itaú Unibanco S.A. | 62,4% |
| Banco Itaú BBA S.A. | 11,2% |
| Itaú Unibanco S.A. | Participação |
| Itaú Unibanco Holding S.A. | 100,0% |
| Banco Itaúcard S.A. | Participação |
| Itaú Unibanco Holding S.A. | 100,0% |
| Banco Itaú BBA S.A. | Participação |
| Itaú Unibanco Holding S.A. | 100,0% |
| Itaú Unibanco Holding S.A. | Participação |
| IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. | 51,7% |
| Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. | 35,5% |
| Outros | 12,8% |

(*) Participações nas ações ordinárias.

1.2 INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.2.1 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre a Companhia, na qualidade de vendedora e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora.

O objeto do acordo foi a venda de imóveis ao Fundo, considerando condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata. A operação negociou 3 imóveis da Companhia, na mesma data da assinatura do acordo, ao valor de R\$ 1.374. O ganho obtido nesta operação foi de R\$ 1.088, sendo R\$ 572 líquidos de efeitos tributários (vide nota explicativa nº 23).

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021, as demonstrações financeiras foram preparadas conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 COMPARABILIDADE

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reclassificou os valores de redução ao valor recuperável - RVR, provisões técnicas - seguros e resseguros e provisões judiciais para os ajustes ao lucro líquido nas demonstrações dos fluxos de caixa. Essas reclassificações foram feitas para melhor apresentação e comparabilidade, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais dos períodos apresentados conforme demonstrado abaixo:

| | Publicado Dezembro de 2021 | Atualizado | Atualizado Dezembro de 2021 |
|---|----------------------------------|------------|-----------------------------------|
| Atividades operacionais | | | |
| Ajustes para: | | | |
| Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável dos ativos..... | – | 375 | 375 |
| Variação das provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar..... | – | 8.648 | 8.648 |
| Variação nas contas patrimoniais: | | | |
| Créditos das operações com seguros e resseguros..... | 3.151 | (306) | 2.845 |
| Créditos das operações com previdência complementar..... | 87 | (69) | 18 |
| Provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar..... | 5.506 | (8.648) | (3.142) |

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de "hedge".

O CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseadas nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(A) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrerem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(B) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.6 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

3.7 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite contratos de seguros de vida e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

3.8 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

3.8.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões), com base nas contribuições recebidas no mês; tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(c) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões) e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(d) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.

(e) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para o pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(f) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída em decorrência do aviso do evento ocorrido e com base nos valores de pecúlios e rendas vencidas e não pagas conforme previstos no contrato do participante. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofreram ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(g) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.8.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro e previdência vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com o valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, o teste considera a projeção de resgates, cancelamentos, contribuições, conversão em renda e sinistros, despesas incrementais e de liquidação, receitas de taxa de administração, taxa de gestão e excedentes financeiros, quando aplicáveis.

Para os produtos de seguros em regime de repartição, o teste considera a projeção de sinistros ocorridos e a ocorrer, despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis.

Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro e previdência são agrupados de acordo com suas características técnicas, de risco e similaridades.

Para as premissas de mortalidade e sobrevivência, são utilizadas as tábuas biométricas BR-EMS vigentes.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente a partir de dezembro de 2022.

Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, considera-se também a estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, na apuração da taxa de juros esperada dos ativos. Também são ponderados os indexadores (IPCA ou IGPM), bem como taxas de juros garantidas (de 0% a 6%), quando aplicáveis.

Para os produtos de seguros em regime de repartição, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 22,9%, e o percentual de resseguro foi de 57,1%. O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram comparados à soma das provisões técnicas relacionadas.

O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram avaliados através das comparações dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP apresentou insuficiência no montante de R\$ 68.154, mas foram reconhecidas apenas R\$ 61.283 de despesas ou provisões adicionais nesta data-base, uma vez que foi observada compensação de R\$ 6.871 correspondente à maior-valia dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria "mantido até o vencimento", conforme estipulado no Artigo 43, parágrafo 2º da Resolução SUSEP nº 648/2021.

3.9 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações como aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.10 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus



Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284-0001/40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – Lado A – 3º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

—★continuação

montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.11 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.11.1 PRÊMIO DE SEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.8.1).

3.11.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

3.12 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.14 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa 3.3.

4.2 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguro e previdência complementar. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS, FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações contábeis. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança, no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes

nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.

(a) **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2022, 65,9% (71,9% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

(c) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto à cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado o Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

| | Dezembro de 2022 | | Dezembro de 2021 | |
|------------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|
| | Fluxo de ativos (ii) | Fluxo de passivos (iii) | Fluxo de ativos (ii) | Fluxo de passivos (iii) |
| À vista/sem vencimento..... | 738.245 | — | 579.267 | — |
| Fluxo de 0 a 30 dias..... | 1.416.099 | 52.646 | 332.486 | 3.128 |
| Fluxo de 31 a 180 dias..... | 140.251 | 348.837 | 184.253 | 26.247 |
| Fluxo de 181 a 360 dias..... | 116.673 | 365.630 | 183.584 | 56.819 |
| Fluxo acima de 360 dias..... | 3.722.275 | 6.828.116 | 4.745.152 | 9.709.309 |
| Total | 6.133.543 | 7.595.229 | 6.024.742 | 9.795.503 |

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e débitos de operações com seguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|------------------------------|------------------|------------------|
| Inflação (IPCA/IGPM)..... | 39,5% | 40,3% |
| Pós-fixados (SELIC/CDI)..... | 30,1% | 33,4% |
| Prefixados..... | 26,9% | 22,0% |
| Ações..... | 2,4% | 3,1% |
| Outros..... | 1,1% | 1,2% |

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia, assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

| Fator de Risco | Cenário (i) | Impacto (ii) |
|------------------------|-------------|--------------|
| | +50 b.p. | (264.505) |
| | +25 b.p. | (135.616) |
| Índices de preços..... | +10 b.p. | (54.657) |
| | -10 b.p. | 54.657 |
| | -25 b.p. | 135.616 |
| | -50 b.p. | 264.505 |
| | +50 b.p. | (324.432) |
| | +25 b.p. | (177.497) |
| Juros pré-fixados..... | +10 b.p. | (75.281) |
| | -10 b.p. | 75.281 |
| | -25 b.p. | 177.497 |
| | -50 b.p. | 324.432 |
| | +50 b.p. | ± 4.952 |
| | +25 b.p. | ± 4.211 |
| Juros pós-fixados..... | +10 b.p. | ± 3.369 |
| | +34% | ± 52.291 |
| Ações..... | ± 17% | ± 26.146 |
| | ± 9% | ± 13.073 |

(i) B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

5.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado

das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de vida e contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.8.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.

- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.

- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é consistente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.

- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas, antes da compensação pela diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos classificados como "mantidos até o vencimento", conforme estipulado no § 2º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 648 de 2021.

• Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti-seleções, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

• Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

• Plano de previdência complementar tradicional

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 4.274 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 817.433. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (ALM - "Asset Liability Management").

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, demonstrando os impactos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários:

| Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar: Premissas atuariais | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|--|------------------|------------------|
| ETTJ-SUSEP - aumento de 50,0%..... | 10.174.830 | 8.382.184 |
| Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p..... | (100.229) | (120.961) |

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso o processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos e reduzir as ameaças até um nível aceitável. Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros

continua—★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284-0001/40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidades.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|--|------------------|------------------|
| Patrimônio líquido | 313.676 | 328.970 |
| (+/-) Ajustes contábeis | (128.572) | (94.067) |
| Despesas antecipadas..... | (7) | (768) |
| Créditos tributários que excederem 15% do CMR..... | (107.394) | (71.718) |
| DAC não diretamente relacionados à PPNG..... | (3.533) | (3.902) |
| Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)..... | (5.256) | (4.671) |
| Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (-) | (12.382) | (13.008) |
| (+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos | 5 | 2.558 |
| Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento | 4.128 | 36.564 |
| Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados (-) | (4.123) | (34.006) |
| PLA de nível 1 | 185.109 | 237.461 |
| Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurados no TAP(+) | 233 | 7.356 |
| Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios / cont. registradas | 118.798 | 110.158 |
| PLA de nível 2 | 119.031 | 117.514 |
| Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+) | 5.255 | 4.671 |
| Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+) | 12.382 | 13.008 |
| PLA de nível 3 | 17.637 | 17.679 |
| Excesso de Nível 2 (-) | (44.469) | (36.157) |
| Excesso de níveis 2 e 3 | (44.469) | (36.157) |
| Patrimônio líquido ajustado (PLA) | 277.308 | 336.497 |
| Capital base (I) | 15.000 | 15.000 |
| Capital de risco (II) | 184.399 | 198.076 |
| Capital de risco de subscrição | 158.336 | 154.568 |
| Capital de risco de mercado | 51.071 | 83.343 |
| Capital de risco de crédito | 3.882 | 1.688 |
| Capital de risco operacional | 4.259 | 4.136 |
| Benefício da correlação entre riscos | (33.149) | (45.659) |
| Capital mínimo requerido (maior entre I e II) | 184.399 | 198.076 |
| Suficiência de capital | 92.909 | 138.421 |

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Equivalentes de caixa (*)..... | 500.929 | 320.277 |
| | 500.929 | 320.277 |

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (i)

| | Dezembro de 2022 | | | Dezembro de 2021 | | |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Total |
| Fundos abertos | | | | | | |
| Cotas de fundos de investimentos..... | 23.051 | - | 23.051 | - | - | - |
| | 23.051 | - | 23.051 | - | - | - |
| Fundos exclusivos | | | | | | |
| LFTs..... | 1.368.184 | - | 1.368.184 | 1.364.757 | - | 1.364.757 |
| NTNs - B..... | 538.779 | - | 538.779 | 925.135 | - | 925.135 |
| Debêntures..... | - | 447.248 | 447.248 | - | 556.158 | 556.158 |
| Cotas de fundos de investimento..... | 532.721 | - | 532.721 | 386.665 | - | 386.665 |
| LTNs..... | - | - | - | 268.123 | - | 268.123 |
| Letras Financeiras - privadas..... | - | 462.276 | 462.276 | - | 295.368 | 295.368 |
| Ações de companhias abertas..... | 132.818 | - | 132.818 | 164.604 | - | 164.604 |
| NTNs - C..... | 29.459 | - | 29.459 | 29.625 | - | 29.625 |
| CDBs..... | - | 89.878 | 89.878 | - | 20.315 | 20.315 |
| DPEE..... | - | 14.232 | 14.232 | - | 12.478 | 12.478 |
| Nota Comercial..... | - | 3.066 | 3.066 | - | - | - |
| Total - circulante | 2.601.961 | 1.016.700 | 3.618.661 | 3.138.909 | 884.319 | 4.023.228 |
| Total - não circulante | 2.625.012 | 1.016.700 | 3.641.712 | 3.138.909 | 884.319 | 4.023.228 |

Percentual de aplicações classificadas nesta categoria 73% 79%

(i) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Carteira própria (i) | | |
| NTN - C..... | 181.289 | 184.945 |
| Total - não circulante | 181.289 | 184.945 |

Percentual de aplicações classificadas nesta categoria 4% 4%

(i) O valor de curva dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 179.758 (R\$ 174.611 em 31 de dezembro de 2021).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (ii)

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Fundos exclusivos | | |
| NTN - C..... | 850.062 | 825.073 |
| NTN - B..... | 334.796 | 69.517 |
| Total - não circulante | 1.184.858 | 894.590 |

Percentual de aplicações classificadas nesta categoria 24% 18%

(ii) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.191.087 (R\$ 962.698 em 31 de dezembro de 2021).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Saldo inicial | 5.423.040 | 5.329.587 |
| Aplicações..... | 940.506 | 1.111.073 |
| Resgates..... | (1.352.962) | (1.232.139) |
| Rendimentos..... | 507.007 | 227.709 |
| Ajuste a valor de mercado..... | (8.803) | (13.190) |
| Saldo final | 5.508.788 | 5.423.040 |

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 estão apresentadas a seguir:

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Equivalentes de caixa (i)..... | 13,62 | 9,12 |
| Fundos exclusivos | | |
| NTNs C - IGPM..... | 6,26 | 6,26 |
| NTNs B - IPCA..... | 5,77 | 4,48 |
| LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)..... | 0,05 | 0,14 |

(i) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|--|------------------|------------------|
| Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)..... | 112.649 | 76.389 |
| Outros..... | 1.642 | 1.516 |
| | 114.291 | 77.905 |
| Circulante..... | 1.642 | 1.516 |
| Não circulante..... | 112.649 | 76.389 |

(i) Vide nota explicativa nº 9.1.1.

9.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

9.1.1 ATIVO

| | Dezembro de 2021 | Constituição | Reversão | Dezembro de 2022 |
|---|------------------|---------------|-----------------|------------------|
| IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa (i)..... | 71.718 | 51.431 | (15.755) | 107.394 |
| Diferenças temporárias decorrentes de: | | | | |
| Provisão para obrigações legais..... | 3.429 | 725 | (317) | 3.837 |
| Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas..... | 314 | 61 | (153) | 222 |
| Provisão de participação nos lucros..... | 58 | 544 | (314) | 288 |
| Provisão para riscos sobre créditos..... | 59 | 233 | (226) | 66 |
| Outras provisões..... | 811 | 38 | (7) | 842 |
| | 76.389 | 53.032 | (16.772) | 112.649 |

(i) Refere-se ao ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais não utilizados, em que a Companhia projetou provável lucro tributável futuro contra os quais estes prejuízos fiscais serão utilizados, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021.

9.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|----------------------------|------------------|------------------|
| 2023..... | 48.015 | 48.015 |
| 2024..... | 12.466 | 12.466 |
| 2025..... | 12.404 | 12.404 |
| Após 2025..... | 39.764 | 39.764 |
| Total - Ativo | 112.649 | 112.649 |

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

9.1.3 PASSIVO

| | Dezembro de 2021 | Constituição | Reversão | Dezembro de 2022 |
|--|------------------|--------------|----------------|------------------|
| Natureza | | | | |
| IR e CS sobre ajustes de exercícios anteriores..... | 24.413 | - | - | 24.413 |
| IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros..... | 4.134 | 3.109 | (6.631) | 612 |
| IR e CS sobre reavaliação de imóveis..... | 3.174 | 51 | (174) | 3.051 |
| IR e CS outros..... | 11 | 7 | - | 18 |
| | 31.732 | 3.167 | (6.805) | 28.094 |

9.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|--|------------------|------------------|
| Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)..... | (89.876) | (149.169) |
| (-) Participações sobre o lucro..... | (658) | (628) |
| Lucro antes do IRPJ e da CSLL (A) | (90.534) | (149.797) |
| Alíquota vigente (i)..... | 40% | 40% |
| Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B) | 36.214 | 59.919 |
| Baixa para perda - diferido..... | - | 11.685 |
| Demais despesas e ajustes do ano corrente..... | 107 | 2.615 |
| Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C) | 107 | 2.615 |
| Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C) | 36.321 | 74.219 |
| Taxa efetiva (D/A) | 40,1% | 49,5% |

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

10. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 25,7 meses para os planos tradicionais, PGBl e VGBl e 56 meses para vida.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|---|------------------|------------------|
| PIS (*)..... | 7.337 | 7.033 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL..... | 4.583 | 4.239 |
| Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)..... | 1.477 | 1.406 |
| Outros..... | 10 | 11 |
| | 13.407 | 12.689 |

(*) Vide nota explicativa nº 15.1(a).

12. IMOBILIZADO

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Taxas anuais de depreciação (%)..... | | |
| Edificações (*)..... | 2,1 | 16,185 |
| Terrenos..... | 1,645 | - |
| Imóveis de uso..... | 17,830 | (5,448) |
| | 12,382 | 18,227 |

12.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

| | Saldo líquido em dezembro de 2021 | Movimentação Despesas de Depreciação (*) | Saldo líquido em dezembro de 2022 |
|---------------------|-----------------------------------|--|-----------------------------------|
| Edificações..... | 11.188 | (111) | 10.737 |
| Terrenos..... | 1.820 | (175) | 1.645 |
| Imóveis de uso..... | 13.008 | (286) | 12.382 |

(*) Referem-se aos bens vendidos ao Fundo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.1.

13. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Bruto de resseguro | 2.332.260 | 2.241.009 |
| Líquido de resseguro | 2.332.260 | 2.241.009 |
| PMBC e PMBaC - seguros..... | 1.330 | 1.330 |
| Sinistros e benefícios a liquidar..... | 1.354 | 1.354 |
| Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados..... | 5.018 | 5.018 |
| Demais provisões..... | 5.018 | 5.219 |
| | 2.339.962 | 2.249.723 |
| Bruto de resseguro | 2.339.962 | 2.249.723 |
| Líquido de resseguro | 2.339.962 | 2.249.723 |
| Circulante..... | 345.367 | 329.706 |
| Não circulante..... | 1.994.595 | 1.920.058 |

13.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Saldo inicial | 2.249.764 | 2.238.799 |
| Constituições decorrentes de prêmios..... | 296.283 | 310.055 |
| Atualização monetária e juros..... | 212.968 | 40.43 |
| Diferimento pelo risco decorrido..... | (416.189) | (336.935) |
| Aviso de sinistros..... | 3.882 | 6.212 |
| Pagamento de sinistros..... | (5.209) | (4.025) |
| Outras (constituição/reversão)..... | (1.537) | (4.774) |
| Saldo final | 2.339.962 | 2.249.764 |

13.2 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|--|------------------|------------------|
| | | |

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284-0001/40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 67.912 (R\$ 51.239 de possível impacto no lucro líquido).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 378.578, dividido em 15.155.812 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R\$ 334.578 dividido em 13.308.729 unidades em 31 de dezembro de 2021). Em 04 de julho de 2022, a SUSEP/CGRAJ por meio da Portaria nº 802 aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 25.000.

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

(ii) RESERVA ESTATUTÁRIA

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

(c) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.2).

(d) DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

17. RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|-------------|------------------|------------------|
| VGBL e VRGP | 279.858 | 294.123 |
| PGBL | 113.093 | 116.599 |
| Tradicional | 19.209 | 18.603 |
| | 412.160 | 429.325 |

18. PRÊMIOS GANHOS

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Prêmios diretos VGBL | 16.425 | 15.932 |
| Contribuições para cobertura de riscos PGBL e Tradicional | 15.893 | 15.716 |
| Variações das provisões técnicas | 226 | (419) |
| | 32.544 | 31.229 |

19. RENDAS COM TAXAS DE GESTÃO E OUTRAS TAXAS

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|----------------|------------------|------------------|
| Taxa de gestão | 52.014 | 48.126 |
| Outras taxas | 885 | 1.335 |
| | 52.899 | 49.461 |

20. SINISTROS OCORRIDOS

| | Dezembro de 2022 | | Dezembro de 2021 | |
|---------|---------------------|------------------------------|---------------------|------------------------------|
| | Sinistros ocorridos | Índice de sinistralidade (%) | Sinistros ocorridos | Índice de sinistralidade (%) |
| Pessoas | (2.117) | 6,5 | (5.801) | 18,6 |
| | (2.117) | 6,5 | (5.801) | 18,6 |

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Despesas compartilhadas (i) | (26.461) | (26.985) |
| Pessoal | (6.680) | (6.101) |
| Localização e funcionamento | (1.539) | (1.069) |
| Outras | (3.135) | (2.896) |
| | (37.815) | (37.051) |

(i) Referem-se a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 24).

22. RESULTADO FINANCEIRO

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|--|------------------|------------------|
| Operações de PGBL e VGBL | 454.182 | 204.646 |
| Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação | 114.363 | 161.167 |
| Juros de títulos disponíveis para a venda | 21.872 | 35.947 |
| Outras | 3.088 | 719 |
| Total de receitas financeiras | 593.505 | 402.479 |
| Atualização das provisões técnicas - previdência | (318.410) | (284.394) |
| Desvalorização de juros de títulos para negociação | (81.231) | (173.888) |
| Atualização das provisões técnicas - seguros | (212.968) | (40.432) |
| Desvalorização de títulos disponíveis para a venda | (2.179) | (2.179) |
| Outras (i) | (25.980) | (59.249) |
| Total de despesas financeiras | (640.768) | (557.963) |
| Resultado financeiro | (47.263) | (155.484) |

DIRETORIA

| | | | | | |
|--|--|---|---|---|---|
| ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Presidente | CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos | LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional | LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados | MARCOS ROBERTO LOUÇÃO Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços | JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA CEO - Seguros e Diretor Vice-Presidente - Comercial |
| ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Jurídica e Riscos | CARLOS EDUARDO NAEGLI GONDIM Diretor de Produto - Vida e Previdência | CAROLINA HELENA ZWARG Diretora de Pessoas e Sustentabilidade | FABIO OHARA MORITA Diretor Técnico | LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA Diretor de Precificação | LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES Diretor de Atendimento |
| MARCOS ROGÉRIO SIRELLI Diretor de Tecnologia da Informação | RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria | TIAGO VIOLIN Diretor | JAIME SOARES BATISTA Diretor | MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA Diretor | MARCELO ZORZO Diretor |

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.**, São Paulo - SP
CNPJ: 58.768.284/0001-40

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros e de previdência complementar

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.8, 13 e 14, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros e de previdência complementar no montante de R\$ 2.339.962 mil e R\$ 2.985.045 mil, respectivamente. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto, cancelamento, e mortalidade, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, expectativa de longevidade, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro e de previdência complementar. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades, projeção de resgates, cancelamentos, contribuições, conversão em renda e sinistros, despesas incrementais e de liquidação, receitas de taxa de administração, taxa de gestão e excedentes financeiros, quando aplicáveis, calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.8.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuários utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar firmados pela Companhia; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios quanto da sua existência e adequado registro contábil; (vii) confronto dos registros contábeis e controles operacionais e (viii) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito

(i) O aumento deve-se principalmente as despesas financeiras da Companhia com os resgates dos recursos acumulados de participantes dos planos de previdência.

23. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES

O montante de 1.088 refere-se ao ganho patrimonial obtido na operação com o Fundo realizado em junho e julho de 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.1.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela controladora Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(ii) Aluguéis dos prédios cobrados da controladora Porto Cia;

(iii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;

(iv) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos.

| | Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 |
|----------------------------------|-------------------------|------------------|
| Passivo | | |
| Porto Cia | 2.446 | 2.538 |
| Portopar | 174 | — |
| | 2.620 | 2.538 |
| Despesas | | |
| Dezembro de 2022 | Dezembro de 2021 | |
| Demonstração do resultado | | |
| Porto Cia | (27.229) | (27.722) |
| Porto Investimentos | (1.686) | (1.571) |
| Outros | (1.406) | (1.351) |
| | (30.321) | (30.644) |

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) RELATÓRIO COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukié Nakí dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

continua —★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284-0001/40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



★ continuação

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, *líquidas de ativos redutores*, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores

da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023



ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679



Com o app, todo o cuidado da Porto tá na palma da sua mão.

Jefferson Coene
(Prestador Porto Seguro)

Baixe agora!



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>